

AquaElvas - Águas de Elvas, S.A

Relatório e Contas 2014



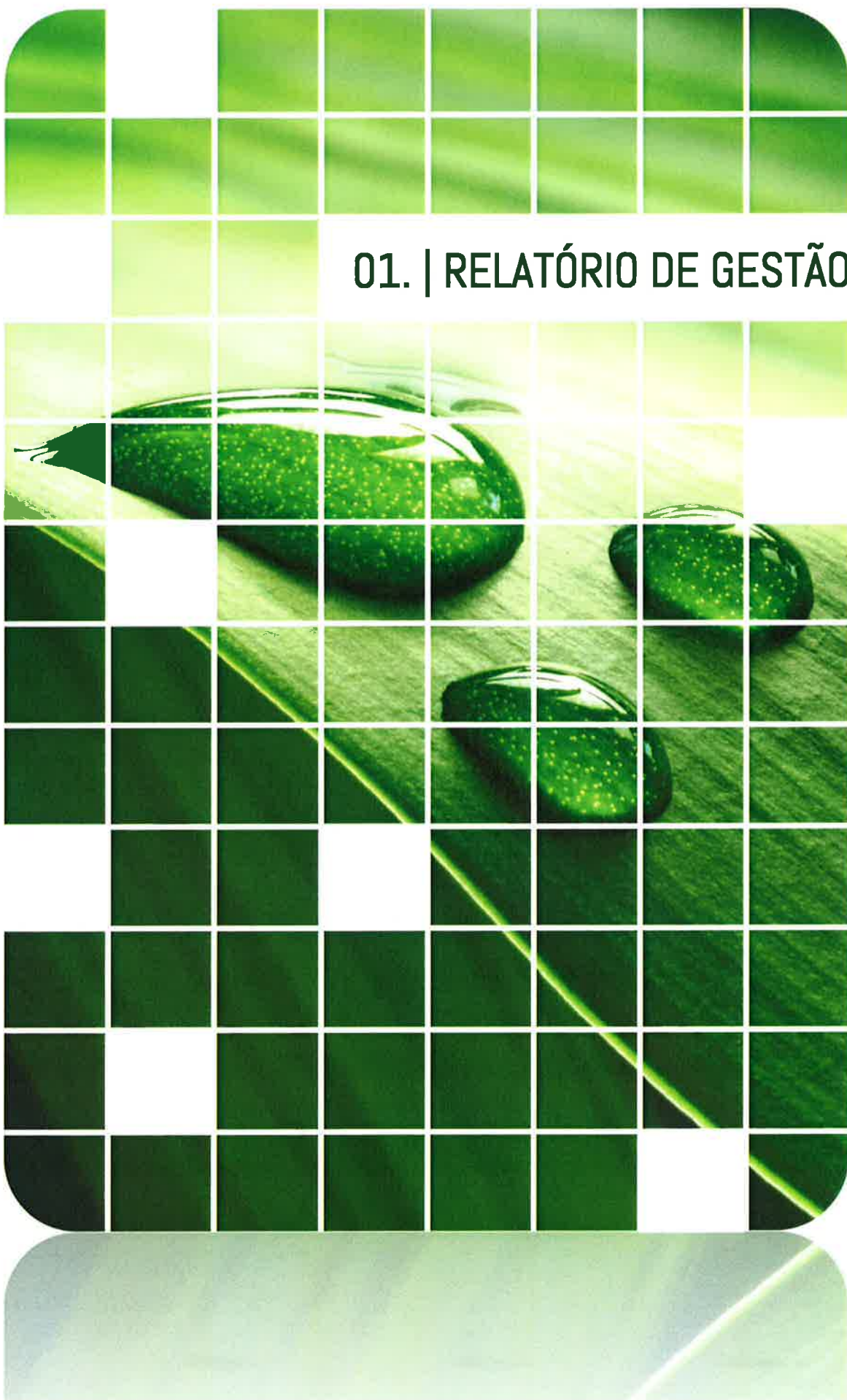
 n

ÍNDICE

01. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
02. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
03. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	19
04. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS.....	41

Senhores Accionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço Individual, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respectivos anexos, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.



01. | RELATÓRIO DE GESTÃO



ACTIVIDADE DA EMPRESA



A Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A., é a empresa concessionária do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, por contrato celebrado a 11 de Setembro de 2008, com o Município de Elvas, e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objecto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as

instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca 5,8 milhões de euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido deverá realizar-se durante os dez primeiros anos de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Aquaelvas irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 3,7 milhões de euros.

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município de Elvas, rubrica de referência na actividade corrente da Aquaelvas, o mesmo apresentava no final do ano de 2014 o seguinte desenvolvimento, de entre os quais podemos salientar os mais importantes:



Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos totalmente executadas no final do ano de 2014 são:

- Reforço das zonas do Bairro S. Pedro, Carvalha e Revoltinho, em Elvas;
- Conduta da Boa Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mário Cidrais);
- Conduta da Calçadinha;
- Colector Geral da Ribeira de Cêto;
- Acondicionamento das diferentes EEBAR;
- Adução a São Lourenço;
- SIG;

- Saneamento da Avenida da Piedade, Estrada de Santa Rita e Avenida Antonio Sardinha;
- Realização de Plano Diretor;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Saneamento (Linha do Hospital);
- Instalação da estação de tratamento de água no Caia;
- Sectorização;
- Colector da Piedade.

Rubricas do Plano de Investimentos em Execução

Telecomando e telecontrolo

No final de 2014 o telecontrolo e telegestão já contavam com 44 instalações controladas. Perfazendo um total de investimento efetuado de 92% do total, estando assim controladas na totalidade todas as instalações e equipamentos prioritários da rede. Prevemos realizar os últimos ajustes relativamente a este investimento no início de 2015.



Remodelação dos coletores unitários entre a Travessa Nova do Espírito Santo, R. Padrão e o Beco do Quartel

A percentagem de execução deste investimento no final de 2014 foi de 62%. Se prevê terminar este investimento no início de 2015.

Acondicionamento dos poços e furos

A percentagem de execução deste investimento no final de 2014 foi de 93%. Faltam executar para terminar este investimento algumas melhorias de construção civil e serralharia nos locais dos poços e furos existentes, no entanto já foram executadas praticamente todos os trabalhos de electricidade, electromecânica, colocação de válvulas, contadores de água e substituição de bombas existentes

Acondicionamento das diferentes EBAP

Este investimento encontra-se muito dependente do trabalho realizado do ponto de vista da sectorização e telecontrolo e telegestão, visto que a sequência de trabalhos depende em primeiro lugar das zonas de abastecimento definidas e após estas a verificação ou adaptação dos estações elevatórias a instalar, recuperar ou alterar. No final de 2014 a percentagem de execução era de 90%. Visto já estarem bem definidas as zonas de abastecimento este investimento será terminado em sintonia com o de telecontrolo e telegestão.

Renovação de 100% do parque de contadores

Até ao ano de 2014 foram trocados um total 78% dos 12.266 contadores existentes na rede de abastecimento de Elvas. A tarefa de troca de contadores começa agora a ser cada vez mais complicada pois a maioria dos contadores a aguardar a troca, encontram-se no interior das habitações, sendo em muitos locais casas desabitadas durante a maior parte do ano e muitos localizados na Freguesias Rurais.



Melhorias Fora do Plano de Investimento

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimento, e realizadas durante o ano de 2014 é o seguinte:

- Limpeza de reservatórios de água potável;
- Renovação da conduta de abastecimento da Fonte Nova;
- Renovação da conduta de abastecimento da Conceição, Varche (Bairro Europa);
- Plano de redução de fugas;
- Instalação de válvulas anti-tempestade na Avenida da Piedade;
- Substituição de vários troços de conduta nas Sochinhas e Avenida do Dia de Portugal;
- Renovação de troço de conduta de saneamento no Jardim das Laranjeiras;
- Realização de novo troço de colector na Avenida de Badajoz;
- Colocação de painéis solares em instalações e depósitos de água;
- Renovação de conduta de abastecimento à Aldeia de Pombal;
- Campanha de substituição de tampas de caixas de saneamento;
- Renovação de conduta de abastecimento no Mato da Boavista e Traço de Gravatos em Varche;
- Melhoria das condições do centro operacional da Aquaelvas;
- Renovação de conduta geral de abastecimento para Santa Eulália;
- Renovação de conduta geral de abastecimento Sochinhas, Paraíso (EN4 – Olival do Moreno);
- Limpeza, manutenção e desmatização no emissário centro de saneamento de Elvas;
- Desmatização e limpeza junto a instalações da rede de abastecimento de água e saneamento;
- Renovação de conduta de abastecimento na Estrada do Paraíso em Elvas;
- Substituição e colocação de doseadoras de cloração em depósitos de água;
- Renovação de troço de colector de saneamento em Santa Eulália;
- Renovação de conduta de abastecimento na Rua de Elvas em Santa Eulália;
- Renovação de conduta de abastecimento no Beco de Penas em Elvas;
- Desratização e desbaratização;
- Remodelação e adaptação das estações elevatórias da Boa-Fé, CE4 e CE5;
- Válvula redutora de pressão na Estrada do Malvar;
- Análise e resolução da falta de pressão na Boa-Fé;
- Estudo das potências eléctricas contratadas e criação de acesso a contadores eléctricos.

p.6



Aspectos Técnicos

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela AquaElvas aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de inúmeras recolhas efectuadas periodicamente nos diversos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas em laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2012. Este programa foi aprovado em 30 de Dezembro de 2009 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.



Volumes de água comprada e captada

Este ano o volume de água comprada diminuiu cerca de 18% em relação a 2013. A diminuição dos consumos, causada na sua generalidade por um aumento da sensibilidade na utilização deste recurso natural, viu em 4 anos reduzida a compra de água em mais de 613.000 m³ por ano.

Em relação à água captada, este ano foram captados cerca de 177.222 m³. Esta água captada serve para abastecer uma zona de abastecimento ainda não servida pela água em "alta", nomeadamente a zona da Calçadinha.

p.7

Volume facturado por tipo de utilizador

O volume facturado em 2014, diminuiu por comparação a 2013, cerca de 6%. Existiu uma diminuição dos volumes não domésticos e IPSS, no entanto aumentou o volume faturado ao Estado.

Intervenções na rede de água potável

No ano de 2014 o número de intervenções em ramais de abastecimento e em condutas diminuiu consideravelmente. Assim de 2013 para 2014 houve uma diminuição de 80% no n.º de intervenções na rede de abastecimento, esta diminuição deve-se ao excelente trabalho na sectorização, otimização e conhecimento da rede, telegestão e campanhas de busca de fugas.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número de intervenções na rede de saneamento de águas residuais diminuiu 216 % de 2013 para 2014. Esta diminuição deve-se sobretudo a eliminação de problemas crónicos que existiam na rede de saneamento e inspeções periódicas a locais problemáticos.



Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2014 foi de 532.365,93 euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final do ano de 2014 o montante acumulado de 4.519.030,27 euros, o qual, face ao valor inicialmente definido como obrigatório (5.783.648,08 euros).

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquaelvas até ao final de Dezembro de 2014 era o que se apresenta no quadro seguinte:

	31-12-2014
Reforço das zonas do Bairro São Pedro, Carvalha e Revoltinho	138 677,82
Conduta da Boa Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mario Cidrais)	57 536,74
Conduta da Calçadinha	473 539,09
Telecomando e telecontrolo	429 330,34
Acondicionamento dos depósitos de água potável	121 271,60
Acondicionamento das instalações de água potável	179 151,23
Acondicionamento dos poços/furos	40 986,46
Acondicionamento das diferentes EBAP	108 009,32
Renovação do parque de contadores	308 229,68
SIG	100 000,00
Sectorização	289 404,15
Colector Geral da Ribeira de Cêto	772 020,83
Sub-total	3 018 167,26
Acondicionamento das diferentes EBAR	86 819,43
Saneamento - Linha do Hospital	507 450,83
Plano Director	30 000,00
Saneamento - Avenida da Piedade, estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha	166 784,25
Saneamento - Estrada e Loteamento da Carvalha	226 356,13
Adução a São Lourenço	61 828,28
Colector do Bairro Europa e Rua de Portalegre	234 127,89
Instalação da Estação de Tratamento de Água no Caia	23 011,68
Colector da Piedade, Troço de colector junto ao restaurante "El Cristo"	73 858,48
Remodelação coletores unitários entre Tv. Novo Espírito Santo, R. Padrão e o Beco do Quartel	90 636,04
Sub-total	1 500 873,01
Total	4 519 030,27

p.8

OBJECTIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquaelvas assumiu, como seu objectivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu accionista, a Aquaelvas apresentou e mantém até hoje, um projecto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquaelvas tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.



RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da AquaElvas é definida em relação directa com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam directamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objectivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a AquaElvas procura conciliar o interesse e os objectivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2014 de 19 pessoas.



ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da AquaElvas espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adoptando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

p.9

A análise económica e financeira que se a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela AquaElvas no ano de 2014, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respectivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 2,761 milhões de euros (2,229 milhões de euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 532 milhares de euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício actual com o anterior, regista-se uma diminuição na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 5% (de 2.336.070,47 euros em 2013 para 2.228.430,97 euros em 2014), e, a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11, também diminuiu a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 6% (de 561.198,03 euros em 2013 para 532.365,93 euros em 2014).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da AquaElvas, em 2014, foi de 2.709.892,69 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 2.784.473,47 euros, representa um decréscimo de 3%. Estes valores não incluem o imposto sobre o rendimento.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 563.940,00 euros, representando cerca de 20,81% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 584.066,26 euros, representando então cerca



de 20,98% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de -3,5%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou 800.879,36 euros, representando cerca de 29,55% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 893.910,36 euros, representando então cerca de 32,10% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de -11%.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2014, contribuiu para 19,65% dos gastos totais, o equivalente a 532.365,93 euros para o período em análise.

Os gastos com o pessoal, no montante de 408.381,53 euros, representam cerca de 15% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 397.534,52 euros, representando então, cerca de 14,28% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de 2,72%.

A Aquaelvas registou em 2014, perdas por imparidade para contas a receber no montante de 42.132,23 euros.

A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2014, o valor de 40.835,06 euros (1,5% do total dos gastos do período), tendo registado em 2013, o montante de 24.041,20 euros (0,86% do total dos gastos do período). Este acréscimo deve-se essencialmente a: aumento de donativos no valor de 4.582 euros, multas e penalidades no montante de 8.933 euros e um aumento de regularizações de exercícios anteriores no valor de 3.920 euros.

p.10

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações sofreu um decréscimo de 2013 para 2014, apresentando o valor de 205.700,55 euros, para o período em análise, face a 208.132,62 euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respectivamente 7,59% e 7,47%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquaelvas, registou no ano de 2014 o montante de 115.658,03 euros (equivalente a 4,26% do total dos gastos do exercício), que em comparação com o ano anterior representa um acréscimo de 14,35%, quando a mesma rubrica registava 101.140,33 euros (equivalente a 3,63% do total dos gastos do exercício).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquaelvas foi em 2014 de 2.793.661,96 euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 2.908.713,20 euros, representa um decréscimo de 4%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2014 cerca de 2.228.430,97 euros, que comparado com o exercício anterior revela um decréscimo de 5% face ao valor de 2.336.070,47 euros.

A rubrica Vendas e prestações de serviços - Subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2014 com 532.365,93 euros, face ao valor de 561.198,03 euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que registou 20.620,56 euros, reflecte os valores de rendimentos suplementares obtidos pelo ajuste de valores relativos a exercícios anteriores. A mesma rubrica, registava em 2013 o valor de 5.856,65 euros.



Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, que ascende a 25.690,22 euros, representa uma diminuição face ao exercício anterior, o qual apresentou um resultado positivo de 56.676,69 euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aquaelvas, a mesma apresenta no final do exercício de 2014 uma recuperação de aproximadamente 25.690 euros.

Apesar do ambiente macroeconómico difícil e de um claro abrandamento do consumo, a Aquaelvas encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável.

Embora muito dependentes da actual conjuntura económica nacional, todos resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas correctivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 405.127,85 euros relativamente ao período em análise, apresentando um decréscimo de 7% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um decréscimo, situando-se no final de 2014 em 199.427,30 euros.

	Ano 2014	Ano 2013
Rentabilidade do activo total	3,58%	3,79%
Rentabilidade dos capitais próprios	(112,60%)	(116,85%)
Rentabilidade das vendas	0,93%	1,96%
EBITDA	405.127,85	433.512,68
EBIT	199.427,30	225.380,06

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, reflecte uma tendência de alguma melhoria entre as principais rubricas do activo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o activo passou de 5,945,914.87 euros em 2013 para 5,572,912.66 euros em 2014. O decréscimo desta rubrica de balanço, activo não corrente, deve-se na sua maior parte à reexpressão do activo intangível, de todos os trabalhos do plano de investimentos.

Em termos desagregados, os capitais próprios mantêm a situação negativa, passando de -48,505,46 euros em 2013 para -22,815,25 euros em 2014, tendo no entanto reforçado a sua importância na estrutura de capitais, passando de -0.82% para -0.41%, o passivo apresentou uma melhoria passando de 5,994,420.33 euros em 2013 para 5,595,727.91 euros em 2014.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2014, em termos percentuais, uma relativa melhoria dos mesmos face ao ano de 2013:

	Ano 2014	Ano 2013
Capitais próprios	(22.815,25)	(48.505,46)
Passivo total	5.595.727,91	5.994.420,33
Passivo corrente	1.764.610,10	4.197.436,59
Activo total	5.572.912,66	5.945.914,87
Autonomia financeira (Capitais próprios/Activo total)	(0,41%)	(0,82%)
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	(0,41%)	(0,81%)
Endividamento (Passivo total/Activo total)	100,41%	100,82%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	31,53%	70,02%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquaelvas iniciou o seu mandato para o triénio 2014-2016.

A Administração da Aquaelvas está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de custos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Aquaelvas com muito optimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 25,690.22 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal: 1,284.51 euros

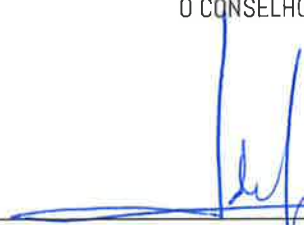
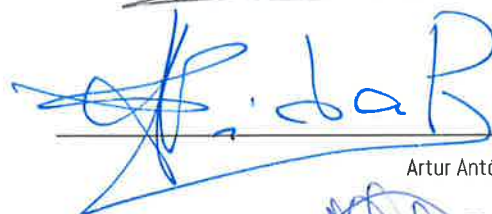
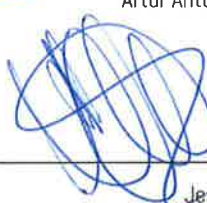
Para Resultados Transitados: 24,405.71 euros

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquaelvas aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Elvas, aos 31 de Março de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Luis Francisco de Lope Alonso
Presidente
Jesus Rodriguez Sevilla
Vogal
Artur António Baptista Vidal
Vogal
Jesus Ortega Roldan
Vogal

p.13



02. | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade monetária: EUROS

	NOTAS	2014	2013 (reexpresso)
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	45.678,24	58.590,51
Activos intangíveis	6	4.691.309,70	4.884.097,98
Outros activos financeiros		158,94	0,00
Activos por impostos diferidos	7	155.194,95	163.816,89
sub-total		4.892.341,83	5.106.505,38
Activo corrente			
Inventários	15	29.877,76	30.212,34
Clientes	9	354.426,75	458.609,89
A diantamentos a fornecedores		1.893,62	1.170,85
Estado e outros entes públicos	8	20.251,74	43.520,67
Outras contas a receber	9	70.734,32	126.671,78
Diferimentos	10	2.614,32	3.314,81
Caixa e depósitos bancários	4	200.772,32	175.909,15
sub-total		680.570,83	839.409,49
Total do activo		5.572.912,66	5.945.914,87
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	13	352.000,00	352.000,00
Reserva legal	13	2.833,84	0,00
Resultados transitados	13	(453.339,31)	(507.182,16)
Resultado líquido do exercício		25.690,22	56.676,70
Total do capital próprio		(22.815,25)	(48.505,46)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	1.269.117,81	1.796.983,74
Accionistas	11	2.562.000,00	0,00
sub-total		3.831.117,81	1.796.983,74
Passivo corrente			
Fornecedores	12	308.836,38	165.954,40
A diantamentos de clientes		16.991,59	11.256,48
Estado e outros entes públicos	8	24.895,17	96.892,19
Accionistas	11	0,00	1.575.000,00
Financiamentos obtidos	4	0,00	986.390,77
Outras contas a pagar	12	1.413.886,96	1.361.942,75
sub-total		1.764.610,10	4.197.436,59
Total do passivo		5.595.727,91	5.994.420,33
Total do capital próprio e do passivo		5.572.912,66	5.945.914,87

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014.

✖

~

AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade monetária: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados	14	2.760.796,90	2.897.268,50
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	(563.940,00)	(584.066,26)
Fornecimentos e serviços externos	16	(1.333.245,29)	(1.455.108,39)
Gastos com o pessoal	17	(408.381,53)	(397.534,52)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(29.887,73)	(8.862,10)
Outros rendimentos e ganhos	18	20.620,56	5.856,65
Outros gastos e perdas	19	(40.835,06)	(24.041,20)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		405.127,85	433.512,68
Gastos de depreciação e de amortização	20	(205.700,55)	(208.132,62)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		199.427,30	225.380,06
Juros e gastos similares suportados	21	(115.658,03)	(101.140,33)
Resultado antes de impostos		83.769,27	124.239,73
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	(58.079,05)	(67.563,03)
Resultado líquido do exercício		25.690,22	56.676,70

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em
31 de Dezembro de 2014.

✖

AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade monetária: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2.215.025,20	2.338.801,98
Pagamentos a fornecedores		(1.220.211,24)	(1.661.991,75)
Pagamentos ao pessoal		(381.146,32)	(416.017,42)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(116.599,86)	(18.558,66)
Outros recebimentos/pagamentos		(86.340,64)	322.884,73
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		410.727,14	565.118,88
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos intangíveis		(267.958,45)	(356.929,71)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(267.958,45)	(356.929,71)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Accionistas/sócios	11	987.000,00	
Juros e gastos similares		(118.514,75)	(105.140,33)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		868.485,25	(105.140,33)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		1.011.253,94	103.048,84
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	(810.481,62)	(913.530,46)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	200.772,32	(810.481,62)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

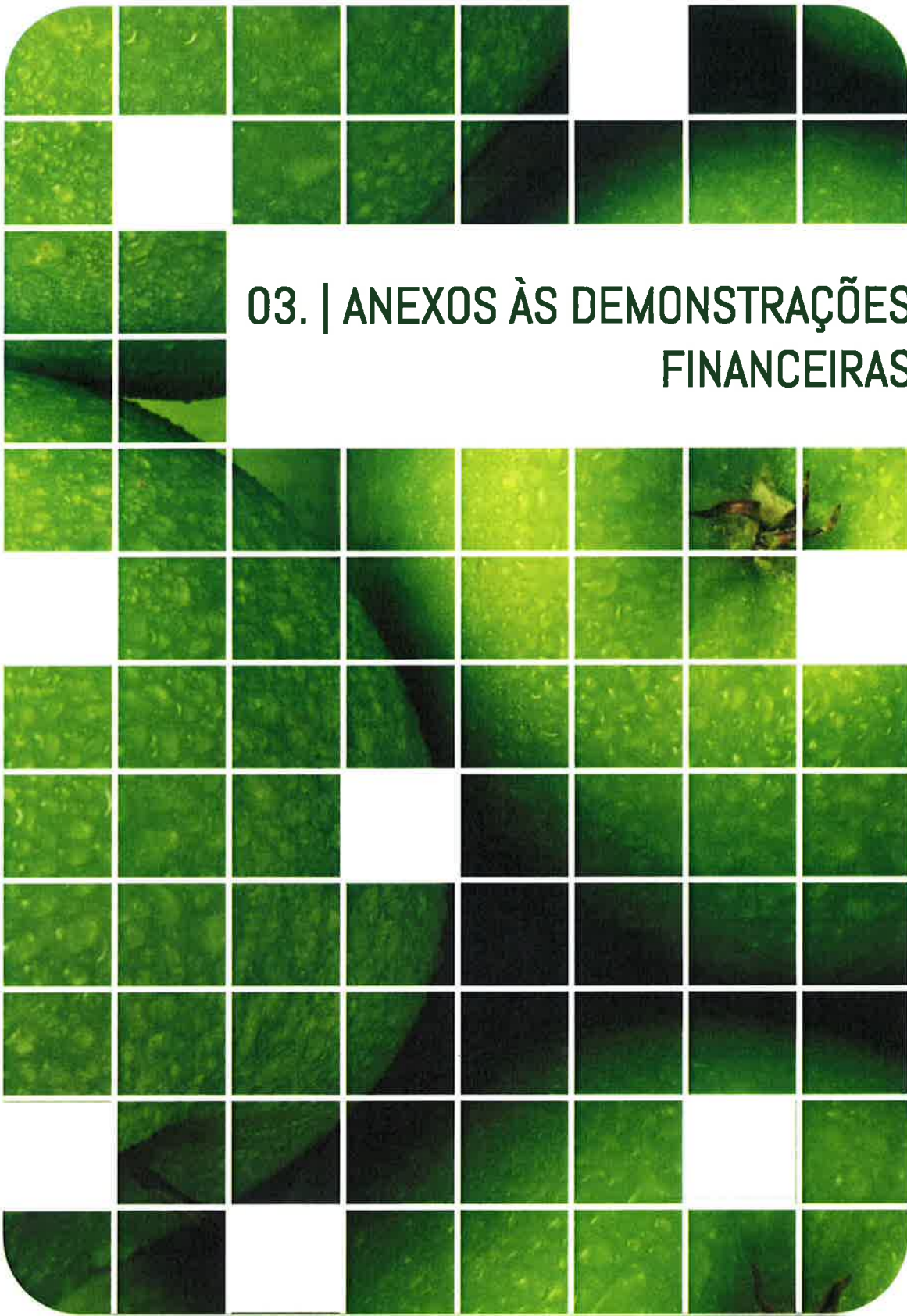
AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade monetária: EUROS							
MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício		50.000,00	352.000,00		(507.182,16)	56.676,70	(48.505,46)
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	13			2.833,85	53.842,85	(56.676,70)	(0,00)
Total dos aumentos/diminuições directas no capital próprio		50.000,00	352.000,00	2.833,85	(453.339,31)		(48.505,46)
Resultado líquido do exercício						25.690,22	25.690,22
Posição no fim do período		50.000,00	352.000,00	2.833,85	(453.339,31)	25.690,22	(22.815,25)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade monetária: EUROS							
MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital nominal	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do exercício		50.000,00	352.000,00		(368.352,87)	(137.829,29)	(105.182,16)
Aumentos/diminuições de reservas por aplicação dos resultados	13				(137.829,29)	137.829,29	
Total dos aumentos/diminuições directas no capital próprio		50.000,00	352.000,00		(507.182,16)		(105.182,16)
Resultado líquido do exercício						56.676,70	56.676,70
Posição no fim do período		50.000,00	352.000,00		(507.182,16)	56.676,70	(48.505,46)

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.



03. | ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. ("Empresa" ou "Aquaelvas") é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, nº 12 em Elvas, constituída em 04 de Outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Março de 2008, tendo como actividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, incluindo esta actividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os actos necessários para a prossecução da sua actividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de Agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquaelvas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

p.20

3.1 ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a Empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a Empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).



IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um activo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efectuar um investimento total de 5.784 milhares de Euros (Nota 6).

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível. Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquaelvas reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

p.21

3.2 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.



As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num activo intangível. O activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefício económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

3.4 IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

p22

Sempre que exista algum indicador que os activos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos

Aquaellas

se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

p.23

3.6 INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7 CAPITAL PRÓPRIO

Capital realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).





3.8 ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Diferimentos;
- Accionistas;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras contas a pagar.

p.24

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados negativamente.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9 RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

p.25

3.10 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11 PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Activos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente é uma entidade de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

p.26

3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis;
- Imparidade de contas a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

p27

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 era:

	Ano 2014	Ano 2013
Caixa	1.352,13	2.500,00
Depósitos à ordem	199.420,19	173.409,15
Sub-total	200.772,32	175.909,15
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Descobertos bancários (Conta corrente)	0,00	986.390,77
Sub-total	0,00	986.390,77
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	200.772,32	(810.481,62)

O montante constante da rubrica "Dividas a Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras" é referente a uma linha de crédito no montante de 1 milhão de euros sobre o Banco Caixa Geral, a qual se encontra ao abrigo do processo de refinanciamento iniciado pelo Grupo FCC no exercício de 2013.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas. No entanto, foram identificados erros materiais relativamente a exercícios anteriores, respeitantes, essencialmente, a activos intangíveis, os quais foram corrigidos, pelo que as demonstrações financeiras daquela data foram reexpressas. A correcção

A

Aquaellas

efectuada consistiu no registo contabilístico do activo relativo a um conjunto de investimentos a que a Empresa se encontra obrigada no âmbito do contrato de concessão e da correspondente responsabilidade no passivo. Esta situação não afecta os capitais próprios, uma vez que a Empresa já vinha a especializar a amortização daquelas despesas no período da concessão.

Os efeitos da reexpressão no balanço em 1 de janeiro de 2013 foram os seguintes:

Unidade monetária: EUROS

	01.01.2013	Ajustamentos	01.01.2013 (reexpresso)
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	73.934,85	0,00	73.934,85
Activos intangíveis	3.198.474,41	1.878.411,85	5.076.886,26
Activos por impostos diferidos	164.638,72	0,00	164.638,72
sub-total	3.437.047,98	1.878.411,85	5.315.459,83
Activo corrente			
Inventários	23.238,38	0,00	23.238,38
Clientes	462.677,44	0,00	462.677,44
A diantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	41.144,37	0,00	41.144,37
Outras contas a receber	120.077,85	0,00	120.077,85
Diferimentos	2.521,64	0,00	2.521,64
Caixa e depósitos bancários	82.264,11	0,00	82.264,11
sub-total	731.923,79	0,00	731.923,79
Total do activo	4.168.971,77	1.878.411,85	6.047.383,62
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	50.000,00	0,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	352.000,00	0,00	352.000,00
Resultados transitados	(369.352,87)	0,00	(369.352,87)
Resultado líquido do exercício	(137.829,29)	0,00	(137.829,29)
Total do capital próprio	(105.182,16)	0,00	(105.182,16)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	0,00	2.358.181,77	2.358.181,77
Outras contas a pagar	479.769,92	(479.769,92)	0,00
sub-total	479.769,92	1.878.411,85	2.358.181,77
Passivo corrente			
Fornecedores	382.274,91	0,00	382.274,91
Estado e outros entes públicos	37.524,72	0,00	37.524,72
Accionistas	1.575.000,00	0,00	1.575.000,00
Financiamentos obtidos	995.794,57	0,00	995.794,57
Outras contas a pagar	803.789,81	0,00	803.789,81
sub-total	3.794.384,01	0,00	3.794.384,01
Total do passivo	4.274.153,93	1.878.411,85	6.152.565,78
Total do capital próprio e do passivo	4.168.971,77	1.878.411,85	6.047.383,62

Os efeitos da reexpressão nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 foram os seguintes:

Unidade monetária: EUROS

	31.12.2013	Ajustamentos	31.12.2013 (reexpresso)
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	58.590,51	0,00	58.590,51
Activos intangíveis	3.535.210,51	1.348.887,47	4.884.097,98
Activos por impostos diferidos	163.816,89	0,00	163.816,89
sub-total	3.757.617,91	1.348.887,47	5.106.505,38
Activo corrente			
Inventários	30.212,34	0,00	30.212,34
Clientes	458.609,89	0,00	458.609,89
A diantamentos a fornecedores	1.170,84	0,00	1.170,84
Estado e outros entes públicos	43.520,67	0,00	43.520,67
Outras contas a receber	126.671,78	0,00	126.671,78
Diferimentos	3.314,81	0,00	3.314,81
Caixa e depósitos bancários	175.909,16	0,00	175.909,16
sub-total	839.409,49	0,00	839.409,49
Total do activo	4.597.027,40	1.348.887,47	5.945.914,87
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	50.000,00	0,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	352.000,00	0,00	352.000,00
Resultados transitados	(507.182,16)	0,00	(507.182,16)
Resultado líquido do exercício	56.676,70	0,00	56.676,70
Total do capital próprio	(48.505,46)	0,00	(48.505,46)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	0,00	1.796.983,74	1.796.983,74
Outras contas a pagar	448.096,27	(448.096,27)	0,00
sub-total	448.096,27	1.348.887,47	1.796.983,74
Passivo corrente			
Fornecedores	165.954,40	0,00	165.954,40
A diantamentos de clientes	11.256,48	0,00	11.256,48
Estado e outros entes públicos	96.892,19	0,00	96.892,19
Accionistas	1.575.000,00	0,00	1.575.000,00
Financiamentos obtidos	986.390,77	0,00	986.390,77
Outras contas a pagar	1.361.942,75	0,00	1.361.942,75
sub-total	4.197.436,59	0,00	4.197.436,59
Total do passivo	4.645.532,86	1.348.887,47	5.994.420,33
Total do capital próprio e do passivo	4.597.027,40	1.348.887,47	5.945.914,87

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)	Adições (Nota 20)	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2014
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	115.850,89	0,00	0,00	115.850,89
Equipamento administrativo	21.885,11	0,00	0,00	21.885,11
Total	137.736,00	0,00	0,00	137.736,00
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS				
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	66.028,21	10.209,45	0,00	76.237,66
Equipamento administrativo	13.117,28	2.702,82	0,00	15.820,10
Total	79.145,49	12.912,27	0,00	92.057,76
Saldo líquido	58.590,51	(12.912,27)	0,00	45.678,24

ACTIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2012 (reexpresso)	Adições (Nota 20)	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	115.850,89	0,00	0,00	115.850,89
Equipamento administrativo	21.885,11	0,00	0,00	21.885,11
Total	137.736,00	0,00	0,00	137.736,00
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS				
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	53.422,69	12.605,52	0,00	66.028,21
Equipamento administrativo	10.378,46	2.738,82	0,00	13.117,28
Total	63.801,15	15.344,34	0,00	79.145,49
Saldo líquido	73.934,85	(15.344,34)	0,00	58.590,51

p.30

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)	Adições (Nota 20)	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2014
Activos intangíveis em Firma	5.783.648,08	0,00	0,00	5.783.648,08
Total	5.783.648,08	0,00	0,00	5.783.648,08
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Activos intangíveis em Firma	899.550,10	192.788,28	0,00	1.092.338,38
Total	899.550,10	192.788,28	0,00	1.092.338,38
Saldo líquido	4.884.097,98	(192.788,28)	0,00	4.691.309,70

ACTIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2012 (reexpresso)	Adições (Nota 20)	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)
Activos intangíveis em Fime	5.783.648,08	0,00	0,00	5.783.648,08
Total	5.783.648,08	0,00	0,00	5.783.648,08
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Activos intangíveis em Fime	708.761,82	192.788,28	0,00	899.550,10
Total	708.761,82	192.788,28	0,00	899.550,10
Saldo líquido	5.076.886,26	(192.788,28)	0,00	4.884.097,98

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, se encontra em falta efectuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de activos intangíveis).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2014	Ano 2013
Saldo inicial	1.796.983,74	2.358.181,77
Aumentos (a)	4.500,00	0,00
Diminuições (Nota 14)	(532.365,93)	(561.198,03)
Saldo final	1.269.117,81	1.796.983,74

(a) O aumento registado é referente ao reconhecimento da provisão para impostos de juros e coimas decorrentes de incumprimentos ao Estado.

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2014	Ano 2013
Saldo inicial	163.816,89	164.638,72
Efeitos na demonstração de resultados		
Redução de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 22)	(8.621,94)	(821,83)
Total dos efeitos na demonstração de resultados	(8.621,94)	(821,83)
Saldo final	155.194,95	163.816,89

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foi de 21%.

Os activos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de activos intangíveis.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2014	Ano 2013
Activo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas	0,00	23.610,78
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	1.516,22	1.538,18
Imposto sobre o valor acrescentado	18.735,52	18.371,71
Total	20.251,74	43.520,67
	Ano 2014	Ano 2013
Passivo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas	2.621,48	80.057,49
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	0,00	4.327,30
Contribuições para a Segurança Social	22.273,69	12.507,40
Total	24.895,17	96.892,19

9. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2014	Ano 2013
Clientes		
Clientes C/C	423.937,63	510.477,54
Perdas por imparidade acumuladas	(69.510,88)	(51.867,65)
Total	354.426,75	458.609,89

p.32

Perdas por imparidade:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2014	Ano 2013
Saldo inicial	(51.867,65)	(107.278,15)
Reforço	(42.132,23)	(14.450,15)
Reversão	12.244,50	5.588,05
Utilização	12.244,50	64.272,60
Saldo final	(69.510,88)	(51.867,65)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2014	Ano 2013
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de facturação (a)	56.664,19	112.321,97
Outros devedores	14.070,13	14.349,81
Total	70.734,32	126.671,78

A

- (a) O montante da rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos" corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfaseamento temporal, entre a facturação e a contagem real dos consumos efectuados.

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2014	Ano 2013
Diferimentos		
Seguros	2.614,32	3.314,81
Total	2.614,32	3.314,81

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100.00 % da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respectivo grupo.

A Aquaelvas, juntamente com outras empresas do Grupo FCC, figura como garante nos créditos sindicados contraídos pela Empresa-Mãe, Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., por um montante de 1.243 mil euros. Não existe nenhuma apólice de crédito bilateral na Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., em que figure como garante a Aquaelvas.

p.33

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2014			Ano 2013		
	Fornecedores (Nota 12)	Accionistas	Outras contas a pagar (Nota 12)	Fornecedores (Nota 12)	Accionistas	Outras contas a pagar (Nota 12)
Aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	224.711,32	0,00	963.730,80	42.854,43	0,00	818.823,32
Aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Delegação de Badajoz)	0,00	0,00	0,00	12.241,00	0,00	0,00
Fomento de Construcciones y Contratas, S.A.	0,00	887.000,00	1.143,28	0,00	0,00	0,00
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	5.072,10	0,00	0,00	6.545,04	0,00	0,00
FCC Aqualia S.A. (Delegação Madrid)	0,00	1.575.000,00	103.584,78	0,00	1.575.000,00	74.954,09
Total	229.783,42	2.562.000,00	1.068.458,87	61.640,47	1.575.000,00	893.777,41

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Empresa efectuou as seguintes transacções com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2014		Ano 2013	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Juros e gastos similares suportados (Nota 21)
Aqualia Gestion Integral del Agua, S.A. (Representação Permanente em Portugal)	798.204,14	0,00	668.978,83	0,00
Fomento de Construcciones y Contratas, S.A.	0,00	36.013,17	0,00	0,00
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	6.545,04	0,00	6.545,04	0,00
FCC Aqualia S.A. (Delegação Madrid)	0,00	50.717,64	0,00	50.671,71
Total	804.749,18	86.730,81	675.523,87	50.671,71

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2014	Ano 2013
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	229.783,42	61.640,47
Fornecedores c/c	79.052,96	104.313,93
Total	308.836,38	165.954,40
Outras contas a pagar		
Pessoal	14.224,43	0,00
Fornecedores de investimentos	953.730,80	693.823,32
Credores por acréscimos de gastos	233.639,40	348.447,72
Outros credores	212.292,33	319.671,71
Total	1.413.886,96	1.361.942,75

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outras contas a pagar" inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 1.068.458,87 Euros e 893.777,41 Euros, respectivamente (Nota 11).

13. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 acções com o valor nominal de 1 Euro cada.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efectuadas pelos accionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 18 de Dezembro de 2014, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, no montante de 56.676,70 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 2.833,85 Euros e o remanescente para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 14 de Outubro de 2013, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, no montante de 137.829,29 Euros, foi transferido integralmente para a rubrica de resultados transitados.

14. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Vendas e prestações de serviços" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2014	Ano 2013
Vendas	861.213,28	940.603,74
Serviços prestados	1.367.217,69	1.395.466,73
Subcontratos (a)	532.365,93	561.198,03
Total	2.760.796,90	2.897.268,50

(a) Este montante corresponde à componente de proveitos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas, tal como referido nas Notas 2 e 3.

15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas" é detalhada como se segue:

	Ano 2014	Ano 2013
Matérias-primas		
Inventários iniciais	30.212,34	23.238,38
Compras	563.605,42	591.040,22
Inventários finais	29.877,76	30.212,34
Total	563.940,00	584.066,26

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" é detalhada como se segue:

	Ano 2014	Ano 2013
Subcontratos (a)	534.478,43	561.815,53
Serviços especializados	439.754,13	518.375,20
Serviços diversos	176.552,58	181.677,11
Energia e fluidos	150.434,34	173.949,99
Deslocações, estadas e transportes	21.464,96	7.780,43
Materiais	10.560,85	11.510,13
Total	1.333.245,29	1.455.108,39

(a) Este montante corresponde à componente de custos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas, tal como referido nas Notas 2 e 3.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 804.749,18 Euros e 675.523,87 Euros, respectivamente.

17. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Gastos com o Pessoal" é detalhada como se segue:



	Ano 2014	Ano 2013
Remunerações	302.693,64	293.380,80
Encargos sociais	69.687,83	66.936,55
Seguros de acidentes de trabalho	4.193,25	3.793,87
Gastos de acção social (SHT)	8.898,68	10.796,52
Outros gastos com o pessoal	22.908,13	22.626,78
Total	408.381,53	397.534,52

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, de 19 e 18 colaboradores, respectivamente.

18. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros rendimentos e ganhos" é detalhada como se segue:

	Ano 2014	Ano 2013
Rendimentos suplementares	5.103,47	2.725,03
Correcções relativas a períodos anteriores	5.018,41	0,00
Outros rendimentos e ganhos	10.498,68	3.131,62
Total	20.620,56	5.856,65

19. OUTROS GASTOS E PERDAS

p.36

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros gastos e perdas" apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2014	Ano 2013
Impostos e taxas	10.921,57	12.104,90
Multas e penalidades	8.933,82	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	6.353,29	4.909,05
Donativos	5.195,00	613,00
Serviços bancários	3.747,21	3.666,82
Quotizações	820,00	360,00
Outros gastos e perdas	4.864,17	2.387,43
Total	40.835,06	24.041,20

20. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2014	Ano 2013
Activos fixos tangíveis	12.912,27	15.344,34
Activos intangíveis	192.788,28	192.788,28
Total	205.700,55	208.132,62

21. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica "Juros e gastos similares suportados" apresentava no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte composição:

	Ano 2014	Ano 2013
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	115.658,03	101.140,33
Total	115.658,03	101.140,33

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui transacções com partes relacionadas nos montantes de 86.730,81 Euros e 50.671,71 Euros, respectivamente (Nota 11).

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 23%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Elvas, a derrama é de 0.75%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 23,75%.

Para o exercício de 2014, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

p.37

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

Para o exercício de 2014, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis ("PFR"). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013, quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são detalhados conforme segue:

	Ano 2014	Ano 2013
Resultado antes de impostos	83.769,27	57.498,52
A mortização de investimentos reversíveis não aceites	192.788,27	279.363,68
Donativos	5.195,00	613,00
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros	0,00	66.741,21
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infracções	8.933,82	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	6.353,29	4.909,05
Outros custos a acrescentar	42.132,23	0,00
A mortização de investimentos reversíveis aceites	(133.276,60)	(68.141,44)
Despesas com viaturas - Km's em viatura própria	18.951,87	0,00
Lucro tributável	224.847,15	340.984,02
Prejuízos reportados de anos anteriores 2012	0,00	(109.126,85)
Materia colectável	224.847,15	231.857,17
Colecta	50.814,84	57.964,29
Pagamento especial por conta	0,00	6.679,62
IRC a pagar	50.814,84	51.284,67
Derrama	3.372,71	1.738,93
Tributações autónomas	8.585,84	7.037,99
Total a pagar	62.773,39	60.061,59
Imposto do período	62.773,39	66.741,21
Imposto diferido activo (Nota 7)	(8.621,94)	(821,83)
Imposto do período com impacto do imposto diferido activo no resultado	58.079,05	(67.563,04)

p.38

23. ACTIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, não existiam na Aquaelvas activos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

24. MÚTUOS E GARANTIAS

A Empresa procedeu à reclassificação de todos os créditos e empréstimos correntes, na sequência da decisão tomada pela Fomento de Construcciones y Contratas, S.A. ("Grupo"), accionista maioritário da Aquaelvas, de iniciar o refinanciamento global da maior parte da sua dívida, com o objectivo de alcançar uma estrutura financeira sustentável e adaptada às necessidades de tesouraria previstas para as diversas áreas de negócio, que lhe permitam focar-se nos objectivos de melhoria de rentabilidade e de redução do endividamento previstos no actual plano estratégico e financiar as necessidades gerais do Grupo FCC.

O refinanciamento assenta, entre outros, nos seguintes princípios fundamentais:

- O reforço da viabilidade do Grupo de acordo com o Plano de Negócio e a sustentabilidade da dívida total considerada, através da adequada adaptação do respectivo calendário de amortização à capacidade de gerar fluxos de caixa.
- A racionalização da estrutura financeira e operacional do Perímetro do Refinanciamento, i.e., as empresas que se incluem no contrato como acreditadas e garantes, através da retirada legal e efectiva das áreas de negócio excluídas, tendo no entanto sido contempladas algumas excepções.
- A redução progressiva do endividamento, nomeadamente mediante o cumprimento, do Plano de Desinvestimentos e do Plano de Reestruturação Operacional e Redução de Custos que integram o Plano de Negócios.



Continuidade das operações

Risco de liquidez:

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela actividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de Dezembro de 2014, a empresa tem um fundo de maneo positivo no montante de 200.772,32 Euros, não existindo qualquer dívida financeira de curto prazo. Não obstante, os Administradores da Aquaelvas elaboraram o presente Relatório e apresentam as presentes Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em refinarciar ou reestruturar a sua dívida financeira, bem como para gerar recursos das suas operações e proceder ao desinvestimento em activos não estratégicos que permitam adaptar a estrutura financeira à situação dos negócios e os fluxos de tesouraria de acordo com o Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados e cujos principais objectivos são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rendibilidade das actividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer directamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Adicionalmente, para as presentes contas anuais consideraram-se os seguintes factores mitigantes de qualquer possível incerteza relativamente à aplicação do princípio da continuidade das operações:

- Processo de refinanciamento iniciado pelo Grupo FCC no exercício de 2013 (ver acima).
- Em 31 de Dezembro de 2014, a Empresa dispunha de crédito disponível no montante de 2.562.000 Euros, como se refere na Nota 12.

Todos estes factores, juntamente com as directrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativo do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objectivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

Tal como se indica na Nota 11 - Partes Relacionadas, a Empresa figura como garante nos créditos sindicados contraídos pela empresa-mãe, "Fomento de Construcciones y Contratas, S.A.". Actualmente a referida empresa-mãe encontra-se em fase final do processo de refinanciamento da sua dívida, tendo conseguido uma adesão ao contrato de refinanciamento de 99.4% do volume total da dívida, estando a respectiva entrada em vigor sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas.

Nota de garantias

Em 31 de Dezembro de 2014, a Aquaelvas, juntamente com outras empresas do Grupo FCC, figura como garante nos créditos sindicados contraídos pela Empresa-Mãe, Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., por um montante de 1.243 mil euros. Não existe nenhuma apólice de crédito bilateral na Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., em que figure como garante a Aquaelvas.



04. | CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2014 que evidencia um total de 5.572.913 Euros e capital próprio negativo de 22.815 Euros, incluindo um resultado líquido de 25.690 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A. em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

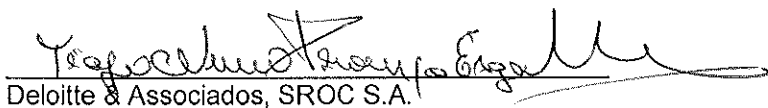
Ênfases

5. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa. Contudo, em 31 de dezembro de 2014: (i) os capitais próprios da Empresa são negativos em 22.815 Euros, situação que determina a aplicação das disposições dos artigos 35º e 171º do Código das Sociedades Comerciais e, (ii) os passivos correntes excedem os ativos correntes. Adicionalmente, a Empresa é garante solidária de financiamentos contraídos pelo Grupo onde está inserida de, aproximadamente, 1.243.000 Euros. Em consequência, a continuidade das operações da Empresa, o momento e valor de realização dos seus ativos e a exigibilidade dos seus passivos no curso normal das suas operações, dependem do sucesso futuro destas, da continuidade das operações do Grupo onde está inserida e da manutenção pelo acionista do suporte financeiro adequado.
6. Conforme referido na nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa procedeu à reexpressão do balanço em 31 de Dezembro de 2013, apresentado para efeitos comparativos para corrigir um erro na mensuração do ativo e passivo que decorrem da obrigações assumidas no contrato de concessão. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para efeitos comparativos, não foram por nós examinadas. O âmbito e profundidade do nosso trabalho sobre aquelas demonstrações financeiras teve como único objetivo expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014. Consequentemente, não expressamos qualquer opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 16 de junho de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Acionista da
Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

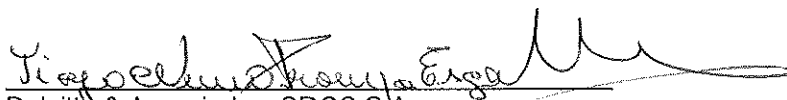
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2014, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que não inclui reservas e inclui duas ênfases, que se dão aqui por integralmente reproduzidas.

Face ao exposto, somos da opinião, tendo em consideração os parágrafos 5 e 6 da Certificação Legal das Contas, que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 16 de junho de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado